



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , de 2016
(Do Sr. Jorge Solla)

Solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda, sr. Henrique de Campos Meirelles, sobre a alteração de dados biográficos do intelectual brasileiro Paulo Freire no site Wikipédia realizado através de computadores da administração pública federal cuja administração é realizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam solicitadas informações ao Ministro da Fazenda, sr. Henrique de Campos Meirelles, acerca da alteração de dados biográficos do intelectual brasileiro Paulo Freire no site Wikipédia realizado através de computadores da administração pública federal, cuja administração é realizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro):

1. Identificação da autoria.
2. Horário, local e data em que houve a edição do verbete no Wikipédia.
3. Quais procedimentos adotados no âmbito administrativo para responsabilização do autor.



JUSTIFICAÇÃO

Levantamento realizado pela London School of Economics and Political Science feito com base na ferramenta de busca Google Scholar apontou a Pedagogia do Oprimido, do educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997), em terceiro lugar entre os livros mais citados por pesquisadores de todo o mundo. A autoridade, influência e o reconhecimento da obra de Freire no debate internacional sobre educação é motivo de orgulho de toda a nação.

Infelizmente, ataque à sua obra e biografia partiu de funcionários do Poder Executivo Federal, que utilizaram a estrutura física e o horário de trabalho remunerado pelo poder público para atacá-lo de forma tacanha. Como a Wikipédia é uma enciclopédia que funciona numa plataforma colaborativa, este funcionário do governo editou o verbete “Paulo Freire” através de computadores com Internet Protocol (I.P.) do Serpro.

“Paulo Freire e o Assassinato do Conhecimento”, disse a nova redação. “Aí está uma das origens da nossa já conhecida doutrinação marxista nas escolas e universidades, que em vez de formar cidadãos e profissionais para o crescimento do país, forma soldados dispostos a defender com unhas e dentes o marxismo no meio acadêmico”, versava um dos parágrafos inseridos no artigo.

O Serpro, por meio de nota oficial, disse que “a alteração realizada não partiu das instalações do Serpro, mas, sim, de um órgão público, cujo acesso à internet é administrado pela empresa. Entretanto, o Serpro não está autorizado, por questões contratuais, a divulgar informações de acesso de seus clientes à rede”. Como compete a este poder Legislativo a fiscalização de atos do Executivo e seus servidores, faz-se necessário a tomada de informações do Ministério da Fazenda, para melhor análise da legalidade dos atos em questão.

Por todo o exposto, solicito apoio dos pares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 05 de julho de 2016.

Deputado Jorge Solla

PT/BA